

Preocupação do ministro: as medidas serão mesmo eficazes?

Um ministro se disse ontem "preocupadíssimo" com as medidas que estão sendo preparadas para compor o pacote econômico, a ser anunciado amanhã, tendo previsto que todos os setores serão "atingidos duramente, porque não se pode fazer uma omelete sem quebrar ovos".

O assunto é tão complicado que o ministro, um ferrenho defensor da dindexação gradual da economia, confirmou não haver ainda consenso sobre a adoção dessa medida. "As reuniões entre as autoridades se multiplicaram, nos últimos dias, se estenderam até ontem e se estenderão até hoje, sem interrupções. Se não houver a desindexação" — ele previu — "os salários vão ser reajustados pelo INPC pleno, sem expurgo do aumento do preço do petróleo e do trigo e do crédito agrícola, e a inflação aumentará e a recessão se agravará".

Ele não quis prever se elas atingirão o objetivo de reduzir a inflação, os juros e o déficit do balanço de pagamentos. Disse que, gastando menos com subsídio, o governo pressionará menos o mercado financeiro, porém, reconheceu que o financiamento da dívida pública interna, que está atualmente em Cr\$ 10 trilhões e poderá chegar a Cr\$ 15 trilhões no final do ano, continuará exercendo pressão sobre as taxas de juros, pois o governo paga juros reais de 40% ao ano, mais correção monetária plena aos aplicadores.

A dívida pública interna, junto com os subsídios ao consumo e às empresas, e as despesas diretas e indiretas do governo, são alguns dos principais responsáveis pelo déficit público, segundo o ministro. Na sua opinião, ele só será combatido eficazmente se o governo promover, a partir de agora, uma desindexação gradual da economia.

O ministro não quis comentar as razões que impedem o governo de reduzir a remuneração dos seus papéis, de curtíssimo prazo, sem a correção monetária plena, mais juros reais de 40%. Disse que não se pode negar a dívida e que se tem de pagá-la. Insistiu na desindexação da economia, particularmente no expurgo dos aumentos de preços, decorrentes do corte dos subsídios, na formação do INPC. Reconheceu, porém, que as autoridades econômicas ainda não chegaram a uma conclusão definitiva sobre o assunto.

Eficácia duvidosa

Por outro lado, esse mesmo ministro desconfia da eficácia das medidas para reduzir o déficit público, particularmente em relação às empresas estatais, porque, para classificar como déficit, estão sendo utilizados critérios contraditórios como, por exemplo, considerar investimentos das empresas como déficit.

O ministro disse que existe um claro engano em considerar como empresas estatais instituições supervisionadas pelo governo, como Sudam, Sudene, Embrapa, entre outras, pois elas não desempenham atividades produtivas. Não se pode considerar seus gastos como rombos nas estatais.

As empresas que desempenham atividades produtivas, ressaltou, não apresentam rombos orçamentários, mas apenas investimentos, que, evidentemente, gerarão retorno. Além disso, as empresas estatais produtivas tomaram recursos externos para cobrir despesas do governo e isso também não pode ser considerado déficit. Vale dizer, dos Cr\$ 2 a Cr\$ 2,5 trilhões de gastos das estatais, parte considerável não pode ser considerada como déficit público.